

**METODOLOGIA PARA O
CADASTRAMENTO E MAPEAMENTO DE
SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS NO BRASIL**

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O CADASTRAMENTO E MAPEAMENTO DE SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DO BRASIL

*Dorath Pinto Uchôa**

RESUMO: A proposta da autora é de caráter metodológico com vistas ao cadastramento e mapeamento de sítios pré-históricos do Brasil à nível cartográfico, objetivando um diagnóstico da situação atual do cadastramento e mapeamento com o fim de elaborar um Atlas de Arqueologia para o território nacional, inicialmente, voltado à temática da pré-história brasileira. Paralelamente, busca também, ampliar os instrumentos já existentes para a preservação e proteção dos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, com base na formulação de novos mecanismos para uma política mais atuante e adequada às realidades do país.

Por ocasião do seminário sobre “Política de Preservação Arqueológica”, realizada em novembro de 1988 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Prof^a Tânia de Andrade Lima, apresentei pela Sociedade de Arqueologia Brasileira — SAB, como coordenadora e relatora — “A Questão da Documentação na Arqueologia Brasileira”, a proposta de um Atlas Arqueológico, à nível nacional.

A proposta visa entre outras coisas, e, talvez, sobre tudo ampliar os instrumentos de preservação e proteção já existentes para os sítios arqueológicos pré-históricos e históricos com base na formulação de novos mecanismos para uma política mais atuante e adequada às realidades do país.

Este é, portanto o momento exato do Estado assumir sua responsabilidade quer no incentivo às atividades de pesquisa, como no próprio campo da preservação dos valores culturais da nação.

A arqueologia como ciência, busca a recuperação de culturas passadas por meio de estudos interpretativos dos vestígios materiais trazendo esse passado ao conhecimento da atualidade. Isto posto, enten-

* Museu de Arqueologia e Etnologia.

de-se como bens de interesse arqueológico todos aqueles locais ou objetos capazes de oferecer informações sobre esse passado.

Um artefato pré-histórico, um local de antigo assentamento humano pré-indígena ou indígena poderão oferecer os elementos que nos levam a entender nossa trajetória cultural, seja dentro do território nacional ou a nível da memória cultural da humanidade com o homem interferindo na natureza modificando o ambiente, criando artefatos num contínuo desencadear de acontecimentos. E esta trajetória que a ciência arqueológica tenta recuperar com base em metodologias e técnicas adequadas.

Em se tratando de memória cultural de grupo, essas informações não poderão ser tomadas como privilégio dos arqueólogos ou de quaisquer outros especialistas. Precisamos sim, encarar a comunidade como a grande aliada do patrimônio e não como principal agente destruidor. E como chegar a ela?

O recurso é apelar para a participação dessa comunidade por meio da ação educativa nas escolas, palestras, exposições e outros, dando-lhes conhecimento de seu patrimônio para que possam valorizar e amá-lo.

A Arqueologia brasileira vem conquistando um espaço marcado pela especialidade e pela busca de novas soluções que a conduza à elaboração de metodologias e técnicas adequadas às nossas realidades. Os pesquisadores brasileiros participam freqüentemente de congressos, simpósios, encontros, reuniões de âmbito nacional e internacional, publicam trabalhos em revistas especializadas dentro e fora do país. Convênios de âmbito nacional e internacional são firmados pelas universidades brasileiras, demonstrando a um só tempo a nossa capacitação como profissionais concomitantemente com o interesse dos cientistas estrangeiros em nosso patrimônio arqueológico.

Mas, isto não é suficiente para a preservação do patrimônio arqueológico. Seu êxito depende da participação efetiva da comunidade nas ações a serem empreendidas como já nos reportamos anteriormente.

O desconhecimento a respeito do significado dos valores culturais desse patrimônio não é contudo, a única causa de descaracterização dos sítios arqueológicos, embora contribua com um peso significativo para a sua destruição. Se faz portanto, urgente uma ação dos arqueólogos, apoiados nos órgãos oficiais a nível Federal, Estadual e Municipal, na

Sociedade de Arqueologia Brasileira — SAB, nas empresas, enfim, na sociedade como um todo, com vistas a uma conscientização e motivação popular, evitando a perpetuação de atentados contra esse patrimônio, cujo único instrumento legal de proteção é a Lei 3.924 de 26 de julho de 1961 e a Resolução nº 1 do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente, que regulamenta e define os estudos de impacto ambiental.

Nesse sentido, lembramos o apelo feito pelo PPSHI (primeira parte — Municípios do Litoral do Circuito da Fazenda Nova, Recife, 1982) para a deflagração de uma campanha intensa e contínua, por meio de veículos de comunicação de massa tais como televisão, rádio, jornal e outros.

A proposta desta discussão para a metodologia do cadastramento e mapeamento dos sítios pré-históricos brasileiros, não considerou no início de seus trabalhos a avaliação anteriormente feita, da ficha de registro; discussão essa, feita por uma comissão eleita durante o evento no Rio de Janeiro em 1988 e rediscutida por essa mesma comissão nesta VII Reunião Científica da SAB. Contudo, os objetivos gerais para a proposta de nosso trabalho, envolvem a apreciação das fichas de registro, especialmente no que diz respeito às prospecções dos sítios pré-históricos; ao conhecimento da aplicação desses dados à nível cartográfico; ao diagnóstico da realidade do cadastramento e ao mapeamento dos sítios pré-históricos, com vistas à elaboração do Atlas Arqueológico, que inicialmente está voltado à temática da “pré-história brasileira”.

Para atingirmos esses objetivos, a mesa coordenada pela autora e por Paulo Tadeu S. Albuquerque colocou em discussão sua proposta norteada pelos resumos recebidos, nos quais podemos observar dois momentos distintos na execução das prospecções arqueológicas de sítios pré-históricos. Um deles, direcionado às prospecções voltadas ao inventário do patrimônio arqueológico, tarefa fundamental e urgente. E o outro, referindo-se às prospecções voltadas a uma problemática científica determinada, o que nos levaria a um produto cartográfico específico com destaque dado ao produto cartográfico produzido pelo arqueólogo através de algumas indagações: Cartografia sistemática ou Temática. Como está sendo elaborada? Essas indagações são básicas para as nossas investigações; para tanto, os conteúdos básicos da car-

tografia no cadastramento e mapeamento, foram apresentados através de um conjunto de transparências, das quais partiram as discussões, chegando aos seguintes resultados:

Processo para a confecção de um mapa conforme a Comissão de Comunicação Cartográfica (ACI, 1977)

1. Aquisição e processamento da informação resultante da percepção da parte da realidade de interesse do cartógrafo ou do autor que venha a solicitar o cartógrafo apenas para a execução do mapa.

2. Confecção do mapa como um veículo de comunicação da informação.

3. Percepção, isto é, a leitura do mapa pelo usuário.

4. Interpretação da informação obtida pelo leitor em prol da formulação e expansão de suas próprias idéias acerca da realidade.

Para que serve a cartografia?

A cartografia como instrumento serve para:

- Registrar informação.
- Entender o espaço (análise)
- Diagnosticar (tirar conclusões)
- Elaborar propostas de intervenção (gestão territorial)

Campos da Cartografia

1. Cartografia Sistemática

A Cartografia Sistemática visa a:

- Localização precisa das entidades.
- Preocupação com a representação planimétrica e altimétrica do terreno.

- Preocupação com aspectos de apoio geodésico, recobrimentos aerofotogramétricos e mapeamentos básicos (carta topográfica).

2. Cartografia Temática

A Cartografia Temática visa a:

- Representação dos fenômenos com expressão espacial (distribuição dos fenômenos).
- Elaboração e uso de mapeamentos temáticos dirigidos para um determinado problema.
- Coleta, tratamento recorrendo ao recurso da estatística, análise, interpretação e representação dos dados.
- Preocupação menor com a precisão das entidades e maior com o conteúdo.

O sistema Cartográfico nacional se insere a um conjunto maior em nível internacional.

Das cartas do mundo ao milionésimo, existe um setor para o território Nacional; elas têm uma sistemática, não estão soltas. O *SCN* é definido pela legislação cartográfica brasileira que expõe com precisão, desde o tamanho das folhas para cada escala até o tipo de letras.

São essas, portanto, as normas obedecidas tanto pela Cartografia de Base como pela Cartografia Sistemática.

ABSTRACT: Methodological proposal for cataloguesy and mappesy Brazilian pre-historic sites — The author's proposal has a methodological aproach in order to reach the mapping and cataloguing Brazilian pre-historic sites in a cartographic level, having the general goal to diagnostic the reality of this catalogue. The final goal is to developpe an Archaeological Atlas for the nacional (Brazilian) territory. At first, focus in Brazilian Pre-historic period but seeks, also, extend the preservation and protection of archaeological, pre-historic and historic sites, with basis in the formulation of new political mechanisms, more effective and adequate to the Brazilian reality

Bibliografia Consultada

- CHACEL, F.M. e AB'SABER, A. Modelo de Curso de Planejamento Paisagístico — Brasília, Ministério de Educação e Cultura, 1976.
- Comissão de Planejamento Paisagístico da União Internacional de Conservação da Natureza, citado in: AB'SABER, 1976.
- JOLY, Fernand. A Cartografia. Papyrus Editora. 1990. Campinas/SP.
- PPSHI, primeira parte — Municípios do Litoral do Circuito da Fazenda Nova, Recife, 1982.